

GIORGIO AGAMBEN: A ANALÍTICA DO MÉTODO ARQUEOLÓGICO

PARADIGMÁTICO PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES

GIORGIO AGAMBEN: THE ANALYTICAL PARADIGM ARCHAEOLOGICAL METHOD FOR THE STUDY OF MIGRATIONS

Maria Lucia Rodrigues da Cruz¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo destacar a pertinência do método arqueológico-paradigmático de Agamben para os estudos no campo das migrações, pois este pode oferecer a possibilidade de uma análise filosófica quanto às migrações contemporâneas. Deste modo, o método de Agamben torna-se um instrumento de reflexão teórica que viabiliza o entendimento das migrações contemporâneas como uma espécie de paradigma da política Ocidental. A pesquisa bibliográfica desenvolvida, se deu a partir da obra "*Signatura Rerum: sobre o método*" na qual Agamben se dedica a explicitar seu método de investigação. Foram também exploradas obras complementares de pensadores com quem o filósofo italiano dialoga, no intuito de esclarecer o seu método arqueológico-paradigmático. As principais obras de Agamben oferecem para a reflexão termos como secularização, *Homo sacer*, vida nua e estado de exceção, estes demarcam situações em torno das quais o filósofo tenta explicar a política contemporânea; como uma "máquina do tempo" permitem analisar os acontecimentos a partir de seu surgimento propiciando um indicativo de que a política do presente carrega em si uma assinatura da política do passado. A hipótese que se pretendia analisar é que método arqueológico -paradigmático de Agamben pode ser considerado um instrumento que permite analisar e compreender a inserção da vida na política contemporânea do indivíduo migrante. Resta comprovado que Agamben e seu método dão conta da reflexão-crítica e reconhecem a vida de migrantes contemporâneos como vida nua sob governos em estado de exceção.

Palavras-chave: Método; Paradigma; *Homo sacer*; Migrações; Agamben.

¹Doutoranda em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ PUCPR; Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ PUCPR; Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba/ UNICURITIBA. Curitiba. Paraná. Brasil. E-mail: mari.luciac@gmail.com.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4787-5595>.

ABSTRACT

This article aims to highlight the relevance of Agamben's paradigmatic archaeological method for studies in the field of migrations, as it can offer the possibility of a philosophical analysis of contemporary migrations. In this way, Agamben's method becomes an instrument of theoretical reflection that enables us to understand contemporary migrations as a kind of paradigm of Western politics. The bibliographical research developed was based on the work "Signatura Rerum: on method", in which Agamben explains his research method. We also explored complementary works by thinkers with whom the Italian philosopher dialogues in order to clarify his archaeological-paradigmatic method. Agamben's main works offer for reflection terms such as secularization, Homo sacer, bare life and state of exception, these demarcate situations around which the philosopher tries to explain contemporary politics; like a "time machine" they allow us to analyze events from their emergence, providing an indication that the politics of the present carries a signature of the politics of the past. The hypothesis that was intended to be analyzed is that Agamben's archaeological-paradigmatic method can be considered a tool that allows for the analysis and understanding of the migrant individual's insertion of life into contemporary politics. It remains proven that Agamben and his method account for the reflection-critique and recognize the life of contemporary migrants as bare life under governments in a state of exception.

Keywords: Method; Paradigm; Homo sacer; Migrations; Agamben.

Artigo recebido em: 18/03/2023

Artigo aprovado em: 29/04/2023

Artigo publicado em: 23/08/2023

INTRODUÇÃO

No primeiro volume do "Projeto *Homo sacer*", intitulado "*Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*" ([1995] 2007), Agamben toma a figura do *Homo sacer* como paradigma da política e estabelece uma intrínseca relação com a soberania nas democracias modernas e contemporâneas. A partir da problematização sobre o ponto originário da biopolítica, o filósofo italiano traz alguns indicativos dos deslocamentos teóricos por ele pretendidos. Essa nova forma de observar os acontecimentos políticos do século XX produziu um deslocamento: circunscreve a relação entre vida e política

– o *Homo sacer* funciona como parâmetro que delimita o espaço político em nos dias atuais.

Afastando-se do entendimento de Michel Foucault, que assentava na Modernidade o advento da biopolítica², Agamben se voltará ao funcionamento da sociedade greco-romana. Então, ao buscar a “*signatura*” do conceito que permitiria pensar os entremeios da biopolítica, ele considera na figura do *Homo sacer* aquele que orbitava dentro de uma esfera de inclusão e exclusão. É nessa esfera que a vida se qualifica politicamente, de forma que se torna inserida num contexto político. Deste modo, Agamben situa o problema da soberania no *locus* jurídico-político.

Agamben tematiza a Teoria das Assinaturas, iniciada anteriormente por Enzo Melandri em “*La linea e il circolo: studio logico-filosofico sull’analogia*”, publicado em 1968. Tanto a obra de Enzo Melandri, como a de Michel Foucault serviram como base para que a partir daí, Agamben se voltar para a Teoria das Assinaturas no livro dedicado a seu método investigativo, “*Signatura rerum: sobre o método*” ([2008]2019). De fato, a arqueologia utilizada por Agamben se dá através de apropriação da Assinatura.

Essa relação metodológica com a Assinatura torna-se para Agamben um mecanismo para sua busca incessante pela origem dos acontecimentos. Isso fica mais claro no processo investigativo do qual Agamben lança mão, ou seja, traz para o debate as questões político-filosóficas do presente sem ignorar a relação que estas guardam com o passado. A incidência das assinaturas aparece de forma efetiva quando Agamben ([1995]2007) aprofunda suas investigações no âmbito filosófico voltado para a ética e a política, portanto, em “*Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*”.

²Lançando mão do entendimento de Rabinow e Rose (2006, p. 32), cronologicamente o surgimento do termo “biopolítica” no pensamento de Michel Foucault se deu em Conferência proferida no Brasil, em 1974, intitulada “O Nascimento da Medicina Social”. Como uma política que se ocupa da vida, a biopolítica remete às políticas estatais, ao papel que deveria ocupar a Medicina uma vez que nos séculos XVIII e XIX, o Estado volta-se para maximização e regulação do corpo social. Somente mais tarde, em “*História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*”, de 1978, Foucault retorna ao conceito de biopolítica.

DA ARQUEOLOGIA À ASSINATURA: DIALÓGOS FILOSÓFICOS ENTRE AGAMBEN E FOUCAULT

A pretensão neste texto é explorar o fenômeno migratório no âmbito contemporâneo da (bio)política, largamente utilizada em países de destino ou de acolhida, que buscam estratégias de tornar a vida de migrantes como vida nua, principalmente através do abandono. Para tanto é preciso indicar os percursos metodológicos que permitam acessar essa produção biopolítica para dar clareza aos fundamentos teóricos que se pretende desenvolver neste trabalho. Serão utilizados os caminhos sinalizados por Agamben, em *“Signatura rerum: sobre o método”* ([2008]2019), almejando avaliar suas possibilidades e limites metodológicos para o estudo da (bio)política migratória dirigida a populações em situação de miserabilidade.

Quando da publicação de seus trabalhos, sobretudo no campo da Filosofia Política, Agamben nunca deixou de enfatizar a presença da perspectiva arqueológica no seu processo metodológico de pesquisa. Para o pensador:

qualquer pesquisa nas ciências humanas – e, em particular em âmbito histórico – tem necessariamente a ver com as assinaturas. Aprender a reconhecê-las e a manuseá-las corretamente é muito mais urgente para o pesquisador, uma vez que, em última análise, o bom resultado de suas investigações dependerá justamente delas (AGAMBEN, [2008]2019, p. 108).

O método arqueológico-paradigmático de Agamben é notadamente influenciado por Foucault, especialmente a obra *“Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines es mots et les choses”* (1966). Inspirou-se o autor, também, em outros pensadores que compõem seu arcabouço teórico, como por exemplo, Kuhn em *“A estrutura das revoluções científicas”* (1962). Isso se torna extremamente significativo enquanto observação preliminar para situar determinadas origens conceituais.

Sendo assim, buscar-se-á delimitar os deslocamentos provocados por Agamben, a partir da sua posição em “*Signatura rerum: sobre o método*” ([2008]2019), no que essa nova estratégia produtiva se diferencia especialmente do suporte arqueológico foucaultiano. Nesse ponto, destaca Nascimento “as peculiaridades” da construção do texto agambeano:

o método de Giorgio Agamben, ainda que parta de um fundo arqueológico comum ao que tudo indica forjado pela leitura constante de Michel Foucault, possui suas peculiaridades. Os textos do filósofo italiano costumam se iniciar com um delicado arrolar de referências que funcionam como a base estrutural de uma constelação. Agamben escolhe e compõe um conjunto de referências formado por conceitos e ideias, mas também por fatos e fenômenos históricos, para depois entrelaçá-los e dar um desenvolvimento próprio rumo a conclusões inauditas (2012, p. 22).

Ainda mais, a arqueologia paradigmática de Agamben vai, em certos momentos, se distanciando da arqueologia de Foucault que está vinculada ao nascimento e transformação de objetos conceituais em um solo histórico do passado (*arché*). O interesse de Agamben se volta para “a noção de *archē*, não como um dado cronológico, mas como o momento em que a solidariedade entre a investigação histórica e a genealogia encontra a sua expressão máxima” (VILLAMIZAR, 2016, p. 18, tradução nossa). Assim, através da arqueologia, Agamben procura retirar dos acontecimentos históricos, o manto e as camadas, para acessá-los de outra em forma de paradigmas, assinaturas.

Como lembra Brun Neto (2021, p. 48), “mais interessante é pensarmos a *diferença* da arqueologia de Agamben; uma arqueologia que remete à relação entre ontologia e história e que lança mão dos conceitos de paradigma e de assinaturas”. Em contrapartida, em “*Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*” ([1966]2016), a arqueologia de Foucault não está preocupada com as origens dos acontecimentos, mas, com aquilo que está visível, e o que foi efetivamente dito. Já para Candiotto, a proposta foucaultiana pode ser lida considerando-se que “no discurso há

algo que é formado, existe e subsiste, se transforma e desaparece independentemente de um sujeito” (2010, p. 40). Mais ainda, destaca o autor que “dentre tudo aquilo que uma sociedade pode produzir há antes a formação e a transformação das coisas ditas, do visível efetivamente enunciado” (CANDIOTTO, 2010, p. 40).

Isso indica que a arqueologia do saber em Foucault se refere a um método que assume no conceito de *episteme* sua fundamentação primordial, porque vai de encontro aos feixes de relações que permitem e possibilitam a emergência histórica de um determinado saber. O discurso, sobretudo enquanto prática descontínua, produz sujeitos e objetos sobre os quais um tipo de verdade (da loucura, da doença ou do “homem”) será aplicado.

Essa demarcação, discutida por Foucault ([1966]2016) pode ser associada à noção de “assinatura”, utilizada por Agamben para desenvolver sua arqueologia. Essa noção decorre provavelmente de uma leitura das análises de Foucault acerca da *episteme* renascentista, onde ele constata que esse período histórico se caracteriza por o mundo marcado pela similitude. De tal modo, que Foucault inicia sua análise perguntando “acaso não será toda semelhança a um tempo o que há de mais manifesto e o que está mais bem oculto?”, e responde:

com efeito, ela não é composta de porções justapostas — algumas idênticas, outras diferentes —; ela é, por inteiro, uma similitude que se vê ou que não se vê. Seria, pois, sem critério, se não houvesse nela — ou acima ou ao lado — um elemento de decisão que transformasse sua duvidosa cintilação em clara certeza. Não há semelhança sem assinalação. O mundo do similar só pode ser um mundo marcado ([1966]2016, p. 36.)

Agamben retoma essa noção de “assinatura” e extrai sua interpretação, alicerçada no rastro de Foucault sobre o Renascimento, como forma de explicar as investidas da política ocidental sobre a vida humana. Na Modernidade, estas investidas não são senão “marcas” secularizadas, sedimentadas nas raízes profundas da soberania.

Na esteira de Agamben, Francisco Diógenes (2019, p.13) procura pensar o *Homo sacer* pela sua caracterização como “assinatura” no limiar entre o divino e o profano, entre religião e Direito. Dois *lócus* distintos, porém, interligados da secularização entendida como “tensão” entre dois polos: o religioso e o secular. Assim, a vida do *Homo sacer* se define pela dupla assinatura, religiosa e profana. Expulsa da *consecratio* e abandonada pelo *ius humanum*. Também é importante a noção de “limiar”, como o lugar da assinatura, daquilo que implica dois sentidos, ou dois tempos diferentes, a partir de “exemplos” como o da própria vida.

A vida é também uma assinatura porque se encontra “entre” o *zoé* e o *biós*, em uma zona limiar de indistinção. A exceção é justamente esse limiar entre a lei e sua suspensão, configurando-se como uma “assinatura topológica” (DIÓGENES, 2019, p. 93). As assinaturas transformam dicotomias tradicionais em bipolaridades apreensíveis em um campo tensional. Assim, a exceção não é dicotômica em relação à Democracia, tendo sido prevista nas próprias Constituições democráticas. Ela denota a “aplicação e a suspensão da democracia” (DIÓGENES, 2019, p. 81). Agamben, no entanto, se volta para uma arqueologia que através de marcas significativas (*signaturas*) ou significantes demarcam a inscrição das coisas ao não dito diferentemente de Foucault, que via somente no efetivamente dito essa inscrição das coisas. O que Foucault conclui na passagem sobre o “saber das similitudes” em “*Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines es mots et les choses*” quando cita Crollius (1624)³ e prossegue:

[...] digo eu, que se reconhece melhor pela assinalação’. O sistema das assinalações inverte a relação do visível com o invisível. A semelhança era a forma invisível daquilo que, do fundo do mundo, tornava as coisas visíveis; mas para que essa forma, por sua vez, venha até a luz, é necessária uma figura visível que a tire de sua profunda invisibilidade (2016, p. 36).

³ CROLLIUS, O. *Traité des signatures*. Trad. francesa. Lion, 1624, p. 4.

A partir dessa reflexão feita por Foucault, Agamben ([2008]2019) chega a reconhecer que a arqueologia é de fato uma ciência das assinaturas. O conceito de “assinatura”, por deslocar-se de um limiar histórico a outro, pode ser “inserido numa nova rede de relações pragmáticas e hermenêuticas” (AGAMBEN, [2008]2019, p. 56). Um objeto de análise cuja apreensão está relacionada à noção de assinatura, extraída da remissão feita por Agamben a Paracelso, é justamente o *Homo sacer*.

Agamben tende a mostrar nesse percurso pela Teoria das Assinaturas que esta, seria uma semelhança ou uma marca que liga “significante e significado”. Pode-se, então, assentir que a assinatura funciona como marcas cunhadas em determinados objetos ou acontecimentos cuja função é primordialmente torná-los inteligíveis, ou melhor, “a assinatura é a ciência mediante a qual tudo que está escondido é encontrado” (AGAMBEN, [2008] 2019, p. 46).

A figura do *Homo sacer* carrega como assinatura toda uma condição jurídica singular que define a política de um tempo histórico determinado. Esta condição institui uma maneira de viver em um limiar, numa zona de indiscernibilidade, que faz do *Homo sacer* um exemplo possível para compreender outras formas de desqualificação da vida em contextos diferentes. Ao buscar a “marca” ou assinatura do *Homo sacer*, Agamben procura mostrar que:

tudo faz pensar que nos encontramos aqui diante de um conceito limite do ordenamento social romano, que, como tal, pode dificilmente ser explicado de modo satisfatório enquanto se permanece no interior do *ius divinum* e do *ius humanum*, mas que pode, talvez, permitir-nos lançar uma luz sobre seus limites recíprocos. Mais do que resolver a especificidade do *homo sacer*, como se tem feito muito frequentemente, em uma pretensa ambiguidade originária do sagrado, calcada sobre a noção etnológica de tabu, tentaremos em vez disso, interpretar a *sacratio* como uma figura autônoma e nos perguntaremos se ela não nos permitiria por acaso lançar luz sobre uma estrutura política originária, que tem seu lugar em uma zona que precede a distinção entre sacro e profano, entre religioso e jurídico ([1995]2007, p. 81).

Assim, Agamben procura apresentar a figura do *Homo sacer* como uma assinatura que medeia a própria compreensão do seu método, como também, da estrutura política contemporânea. O método utilizado por Agamben se concentra na perspectiva arqueológica, como ressalta Oswaldo Giacóia Jr (2018, p. 13), é arqueológica “no sentido em que os fenômenos aos quais se dedica se desdobram no decurso do tempo e exigem atenção aos documentos e à diacronia”. E, ainda, pontua:

no entanto, suas pesquisas não estão submetidas às mesmas leis da filologia histórica, pois a função de seus paradigmas consiste, antes de tudo, na liberação de um modelo de inteligibilidade para a compreensão do que vigora como a força mais essencial da modernidade. Assim, Agamben empreende uma arqueologia a ser entendida como estudo, mas também como prática, na qual, em toda investigação histórica de um fenômeno, o que importa é seu decisivo ponto de irrupção, insurgência ou proveniência, uma instância que só pode ser detectada com base num confronto renovado com as fontes e a tradição (GIACÓIA JR., 2018, p. 13).

Nessa perspectiva, pode-se admitir que Agamben, em certo aspecto parece muito próximo ao método arqueológico de Foucault, mas adverte-se que Agamben traz incursões teóricas diferentes do método arqueológico foucaultiano. Desta maneira, se a noção de assinatura oriunda da arqueologia de Foucault é importante para entender o lugar do qual escreve Agamben e os objetos que desenvolve, como o de *Homo sacer*, outra noção importante para a compreensão de seu método é derivada da produção teórica de Kuhn, especialmente a noção de paradigma. Na acepção de Thomas Kuhn, “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” ([1962]2013, p. 281-282).

Em Foucault, ao menos a partir da evolução de sua trajetória arqueológica, torna-se perceptível a influência de Heidegger⁴ como também daquela advinda do

⁴ Nos anos 1950, Foucault (1954) desenvolve uma filosofia próxima da de Heidegger. Igualmente a Tese complementar de Foucault, apresenta uma leitura da antropologia pragmática kantiana a partir da lente heideggeriana, como a que está no texto da “*Introduction à l’antropologie*” (FOUCAULT, [1964]2008).

físico e filósofo estadunidense Thomas Kuhn. Dreyfus e Rabinow (1995, p. 218) propõem que o trabalho filosófico de Foucault pode ser visto com certas similitudes ao de Kuhn por enxergar o discurso como se tivesse uma espécie de articulação histórica de paradigma. Entretanto, Foucault afirma não ter tomado ciência da obra “A estrutura das revoluções científicas”, de Thomas Kuhn ([1962]2013), isto, deu-se apenas após ter escrito “As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas” ([1966]2016)), o que impossibilitaria a influência de Kuhn sobre sua metodologia investigativa. Como observa Peter Burke:

Foucault, que conhecia história da medicina e era formado em filosofia, gradualmente ampliou seus interesses. Inventou todo um vocabulário — ‘arqueologia’, ‘genealogia’, ‘regime’ e assim por diante — para discutir a relação entre conhecimento e poder em diferentes níveis, desde o micronível da família até o macronível do Estado, e para analisar os vários espaços ou ‘lugares’ do conhecimento — clínicas, escolas etc. Quanto a Kuhn, chocou ou estimulou seus colegas ao afirmar que revoluções científicas são recorrentes na história e que têm uma ‘estrutura’ ou ciclo de desenvolvimento semelhante, originando-se na insatisfação com uma teoria ou paradigma ortodoxo e terminando na invenção de um novo paradigma que passa a ser visto como ‘ciência normal’ até que outra geração de pesquisadores por sua vez não se satisfaça com esse conhecimento convencional. Há razões sociais e intelectuais para a predominância do que Kuhn chama de ‘ciência normal’ (2003, p. 15-16).

Agamben, por sua vez, quando torna o paradigma uma noção central de sua análise, quase sempre a associa à arqueologia de Foucault, embora muitas vezes faça uma “apropriação” ou comunhão metodológica com a arqueologia do saber de “*Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines es mots et les choses*” ([1966]2016), com a qual certamente Foucault não concordaria. Agamben, por exemplo, afirma que a arqueologia existente na referida obra é um tipo de investigação que pretende ser ao mesmo tempo paradigmática e transcendental, ou seja, “um *a priori* histórico em que os saberes e os conhecimentos encontram sua condição de possibilidade” ([2008]2019, p. 133). Certamente, Foucault objetaria que o *a priori* é sempre “histórico”, jamais um

transcendental. Outra apropriação forçada consistiria em afirmar que Foucault também trabalha por meio de paradigmas, sabendo-se que o conceito de *episteme* foucaultiana é irreduzível ao de paradigma:

acredito que a esta altura, esteja claro o que significa, tanto no meu caso como no de Foucault, trabalhar por meio de paradigmas. O *homo sacer* e o campo de concentração o *Muselmann* e o estado de exceção – como, mais recentemente, a *oikonomia* trinitária e as aclamações - não são hipóteses pelas quais eu pretendia explicar a modernidade, reconduzindo-a a algo como uma causa ou uma origem histórica. Pelo contrário, como a própria multiplicidade delas poderia ter deixado entender, tratava-se sempre de paradigmas cujo escopo era tornar inteligível uma série de fenômenos cujo parentesco poderia escapar ou passar despercebido ao olhar do historiador. certamente tanto as minhas pesquisas como as de Foucault são de carácter arqueológico e os fenômenos com os quais elas lidam se desenvolve no tempo, implicando, portanto, uma atenção aos documentos e à diacronia que não pode deixar de obedecer às leis da filologia histórica; mas a *arché* que elas alcançam – e isso vale, talvez, para qualquer pesquisa histórica – não é uma origem pressuposta no tempo, mas, situando-se no cruzamento entre diacronia e sincronia, torna inteligível o presente do pesquisador não menos que o passado de seu objeto (AGAMBEN, [2008]2019, p. 41- 42).

De toda maneira, a noção de paradigma adquire em Agamben designações muito peculiares. Está em “*Signatura rerum: sobre o método*” o esclarecimento de que “o paradigma é uma forma de conhecimento que não é indutivo, nem dedutivo, mas analógico, que se move da singularidade para a singularidade” (AGAMBEN, [2008]2019, p. 41). Ou ainda, que o paradigma, “neutralizando a dicotomia entre o geral e o particular, substitui a lógica dicotômica, por um modelo analógico bipolar” (AGAMBEN, [2008]2019, p. 41). Deste modo, é possível tomar o paradigma como um exemplo que se coloca ao lado, mas, que em sua singularidade permite compreender outros acontecimentos, ou melhor, torna inteligível outros fenômenos históricos. É nessa perspectiva metodológica que Agamben se desloca da perspectiva do paradigma, de conotação meramente circunscrita à história das ciências para o domínio da filosofia política. Nas palavras do próprio autor Agamben:

em minhas pesquisas, pude analisar algumas figuras - o *homo sacer* e o muçulmano, o estado de exceção e o campo de concentração – que certamente são, mesmo que em medida diferente, fenômenos históricos positivos, mas que nelas eram tratados como paradigma cuja função era constituir e tornar inteligível um contexto histórico-problemático mais amplo ([2008]2019, p. 9).

No entanto, o que Agamben parece problematizar é a possibilidade de se assumir uma construção metodológica de pesquisa que conjugue as propostas de Foucault (assinaturas) e Kuhn (paradigmas). A essa simbiose Agamben denomina como “arqueológico-paradigmática”. Assim, o paradigma parece estar muito mais próximo das noções de assinatura e limiar, do que propriamente de *episteme* e discurso. Uma forma de assinatura de palavras e coisas, situada em um determinado momento da história, permite a pesquisadores retornar ao passado para analisar os acontecimentos no presente. Desta forma, ensina o autor:

podemos chamar provisoriamente de ‘arqueologia’ aquela prática que, em toda investigação histórica, tem a ver não com a origem, mas com o ponto de insurgência do fenômeno, e deve, portanto, se confrontar novamente com as fontes e com a tradição (AGAMBEN, [2008]2019, p. 128).

É possível perceber nesse ponto a relação de Agamben com o método investigativo de Foucault, sobretudo quando este articula a noção de assinatura com a *episteme* renascentista da Semelhança, presente em “*Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines es mots et les choses*” ([1966]2016). No entender de Foucault:

até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos: foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las ([1966]2016, p. 23).

Aquilo que para Foucault está circunscrito à *episteme* de uma época, caso da assinatura renascentista, Agamben tornará um instrumento de análise ou uma estratégia metodológica que pode ser utilizada para apreender diferentes objetos em distintas épocas. Em todo seu percurso, ele busca reconhecer nos acontecimentos do presente uma assinatura do passado ou talvez encontrar os motivos pelos quais há uma continuidade em certos acontecimentos de forma que ultrapassam as barreiras do tempo e ressurgem-na política do tempo presente. Assim não surpreende que outros objetos conceituais, tais como “secularização, vida, soberania, todas essas são noções centrais no “Projeto *Homo sacer*” que, no entanto, são tratadas na obra de Agamben como assinaturas” (VILLAMIZAR, 2016, p. 58, tradução nossa).

Por isso, a função da assinatura é permitir observar os acontecimentos da história como via de compreensão do presente, analisando-os a partir do espectro da Filosofia Política. Nas observações de Agamben, o seu método visa encontrar a assinatura das coisas, numa relação de aporia, que resulta de uma simetria entre raciocínios contrários, algo que se situa entre dois polos.

Desta maneira, o método de Agamben, mesmo que contenha em si aspectos da arqueologia, encontra no seu exercício muitas peculiaridades. O papel do paradigma associado à assinatura, por exemplo, é central, pois viabiliza a busca do funcionamento contextual de modelos, objetos singulares, e noções que tornam possível compreender a dinâmica do poder soberano em diferentes épocas, inclusive na época moderna pela sua relação com a biopolítica. Tudo isto, permite a Agamben estabelecer a diferença entre um e outro paradigma político em épocas diferentes sem descaracterizar a marca de uma assinatura é a ideia de “desativação” ou “suspensão” da “singularidade” histórica do paradigma de seu uso normal. Como assinala Villamizar:

essa desativação do uso normal do paradigma, ou seja, a suspensão de sua singularidade, é a característica mais persistente do uso de casos paradigmáticos por Agamben. A figura do *homo sacer*, por exemplo, é um fenômeno histórico concreto que não deixa de ser isolado de seu contexto

apenas na medida em que, por exibir sua própria singularidade - aquele que pode ser morto, mas não sacrificado de acordo com o direito romano e em um período histórico concreto - torna inteligível uma problemática mais ampla (2016, p. 27-28, tradução nossa).

Desse modo, na esteira do pensamento metodológico de Agamben, pode-se assumir que todas as coisas levam consigo um signo. E é, por isso, que cabe atentar a essa condição, sobretudo porque se encontraria nesse aspecto simbólico a chave de compreensão e de reconhecimento do modo como determinados objetos adquirem um uso próprio em seus respectivos contextos.

O MIGRANTE COMO ASSINATURA DA VIDA NUA

Já na introdução de *“Homo sacer: o poder soberano e a vida nua”*, Agamben denomina vida nua, “a vida mutável e sacrificável do homo sacer” ([1995]2007, p.16). É dessa maneira que se pretende buscar a apropriação do método arqueológico-paradigmático. Retomar certos acontecimentos que possam explicar o modo como se produziu a condição atual de migrantes em busca de sobrevivência, como a concentração da figura contemporânea do *Homo sacer* e da vida nua pelo desdobramento (bio)político e soberano do campo. Ou seja, a discussão filosófica em torno da (bio)política migratória, neste estudo, se situa na arqueologia de certos acontecimentos históricos entendidos também como epifenômenos paradigmáticos, a assinatura da soberania, cuja marca deixou de ser teológica, assumindo uma feição (bio)política.

Assim, a problemática poderia ser situada em torno da condição à qual populações de migrantes, por não terem em seu país de origem condições básicas de sobrevivência material, necessitam sair em busca de socorro, acolhida e integração em outros países. Muitas vezes, estas populações encontram as fronteiras fechadas, sendo

submetidas a condições análogas àquela do *Homo sacer*, destituídos de direitos, são pura vida nua.

A migração se transformou em terreno constante nas pautas políticas conservadoras. Isso ocorre, seja porque o deslocamento se tornou objeto de controle no âmbito da política de governos, seja por impor aos estados nacionais uma postura sobre o que fazer com o impressionante número de pessoas pobres que se deslocam por toda parte do globo. É essa realidade que constantemente coloca em choque os interesses dos estados e a presença do migrante.

Não há uma resposta clara, no entanto, a respeito. E, as ações políticas estão na contramão do Direito e, conseqüentemente, de uma postura ético-política. Isso se evidencia, principalmente, no âmbito da política internacional europeia e estadunidense, cujos fundamentos normativos não conseguem dar conta dos problemas políticos oriundos da crise migratória e suas proporções inimagináveis.

Neste sentido, o método arqueológico-paradigmático proposto por Agamben é deveras pertinente para analisar o lugar atribuído a migrantes pobres como assinatura expressiva do *Homo sacer* no século XXI. Mais do que isso, o “Projeto *Homo sacer*”, de Agamben, apresenta-se como uma caixa de ferramentas capaz de auxiliar a desmascarar novas assinaturas vida nua, tendo como ponto de partida a concepção de Villamizar que esclarece:

o projeto *Homo Sacer* é uma investigação arqueológica que visa explicitar e tornar inoperantes as assinaturas de vida e poder. A vida é uma assinatura que Agamben traça através de uma multiplicidade de paradigmas, todos os quais, suspensos em sua singularidade, tornam inteligível o fato de que a assinatura da vida opera por uma exclusão inclusiva da vida de sua forma, ou o que Agamben chama de vida nua. Todos os diferentes paradigmas que Agamben apresenta para rastrear esse momento de exclusão inclusiva - *homo sacer*, a distinção zoé-biós, o muselmann, o overcomatose - são exemplos dessa lógica. Eles desempenham apenas uma função estratégica: tornar inteligíveis as operações de assinatura da vida por meio da economia do comum e do próprio. Como tal, a vida nua não existe; não tem conteúdo próprio (2016, p. 6, tradução nossa).

Em outras palavras, se pretende uma leitura da condição dos indivíduos migrantes a partir desses paradigmas. O que não implica em dizer que a condição desses migrantes seja a mesma do *Homo sacer*, mas, sobretudo, a partir dessa analogia, tornar, inteligível a situação dos migrantes do tempo atual.

Significa, portanto, confrontar o caso singular dessa figura canônica do Direito Romano, olhando-a através de outros acontecimentos, observando seus deslocamentos, modos de operação e práticas sociais. Há, desta forma, relações de assinaturas nos acontecimentos que possibilitam situar os conceitos segundo suas semelhanças. Por isso, quando a relação entre o conceito de vida nua com a condição do migrante é situada na atualidade, é porque se observa uma assinatura que caracteriza a semelhança desse acontecimento e o modo de atuação política internacional europeia.

ARQUEOLOGIA DA VIDA NUA: O HOMO SACER SEGUNDO AGAMBEN

É possível ressaltar que a figura *Homo sacer* consiste em Agamben, orientado através do método da assinatura, o registro mais antigo daquilo que constitui a vida nua. O conceito traduz a relação histórica entre o político e o jurídico na intenção de mostrar a desqualificação de determinadas vidas. Por isso, mesmo que Agamben não retorne demasiadamente a essa figura do Direito Romano, em seus trabalhos posteriores, esta, tem sua relevância arqueológica, principalmente por carregar a marca histórica que delimita o espaço fundamental do exercício biopolítico. Pontua, Demetri, “nesse sentido entendemos ser o *homo sacer* a assinatura ‘de uma possível formulação antiga da vida nua, essa vida capturada pelo poder soberano, descartável’” (2018, p. 101). O que se confirma na concepção de Agamben, na assinatura do conceito de vida nua, ao considerar que “o *homo sacer* não é somente uma figura obscura do direito romano arcaico, senão, também a cifra para compreender a biopolítica contemporânea” (COSTA, 2006, p. 133).

A vida nua presa no bando soberano imprime a figura *Homo sacer*, a qual, por sua vez, reafirma a exclusão através da dimensão político-jurídica. O que se realiza, segundo Agamben, “como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio” ([1995]2007, p. 91). Essa perspectiva de Agamben permite pensar o bando na sua relação de exceção e de abandono, como categoria originária no que concerne ao surgimento de políticas excludentes, geradoras de tantas vidas desprovidas de qualquer proteção. Esses modelos de políticas abertamente difundidas no Ocidente asseguram que a vida nua do *Homo sacer* possa transcender e servir como um paradigma da política contemporânea. Deste modo:

a migração de sobrevivência pretende, portanto, ser um quadro de proteção inclusivo - trabalho que realça o leque de pessoas que têm um direito baseado nos direitos humanos - a não serem reenviadas para o seu país de origem, independentemente de serem refugiados e de esse direito derivar do direito internacional dos refugiados ou do direito internacional dos direitos humanos (BETTS, 2013, p. 25, tradução nossa).

Assume-se, portanto, que a vida nua, ou seja, a vida desprovida de direitos, presa no bando soberano, imprime a figura *Homo sacer*, a qual, por sua vez, reafirma a exclusão através da dimensão político-jurídica. Isso se realiza, segundo Agamben, “como uma excrescência do profano no religioso e do religioso no profano, que configura uma zona de indiferença entre sacrifício e homicídio” ([1995]2007, p. 91). Tal perspectiva permite pensar o bando na sua relação de exceção e de abandono, como categoria originária no que concerne ao surgimento de políticas excludentes na qual encontram-se os migrantes de sobrevivência.

A dupla exclusão e abandono denota a linha tênue da exceção na qual a vida nua persiste, mas que não é uma simples ausência de lei. É, além disto, o modo através do qual a lei pode ser operada a partir de inclusão exclusiva ou do puro abandono: “essa estrutura de bando é o *nómos* soberano que condiciona todas as outras normas,

e especialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização” (AGAMBEN, [1995]2007, p. 117). É a vida, enquanto objeto da relação política de soberania, a vida abandonada, colocada à margem do Direito e da política.

No centro da articulação entre *Homo sacer*, vida nua e estado de exceção encontra-se em discussão a noção de vida e como ela, enquanto vida “nua” é uma produção biopolítica. Desse modo, para Agamben, é necessário entender a dinâmica daquilo que faz parte da espécie humana em contraposição ao que se torna excluído dessa categoria, ou seja, desqualificado.

Com essa preocupação, Agamben inicia seu percurso no que diz respeito ao modo como a vida nua é produzida na Modernidade. Na interpretação de McLoughlin, “o Homo Sacer não apenas visa a proliferação da exceção na política contemporânea, mas também a identifica como sintomática de uma disfunção profunda na arquitetura política e filosófica do Estado contemporâneo” (2010, p. 2, tradução nossa).

Desse modo, as contribuições de Agamben a respeito da relação entre biopolítica e poder soberano serão fundamentais para o diagnóstico crítico da produção do indivíduo migrante nos campos de retenção como vida nua e *Homo sacer*. Essas elucidações corroboram sobremaneira para entender que a transformação da política em biopolítica e, esta última, como reconfiguração do poder soberano na produção de vida nua na Modernidade.

Assim é que o indivíduo migrante de sobrevivência, uma vez alvejado pelo poder soberano, tem sua vida excluída dos padrões de segurança e garantias mínimas de sobrevivência; sempre que colocado em numa zona de indistinção (termo utilizado por Agamben) decorrente do estado de exceção. Como lembra Betts, o termo migrantes de sobrevivência “serve para realçar a situação das pessoas cujos próprios países não podem ou não querem assegurar os seus direitos humanos mais fundamentais e que, no entanto, se encontram fora do quadro do regime de refugiados” (2013, p. 5, tradução nossa).

Desta maneira, a noção de *Homo sacer* abre um vasto caminho onde é possível visualizar, dentre outras categorias, a do migrante de sobrevivência, que será analisada mais adiante. Se a vida do *Homo sacer* é ainda tão atual, é porque o *modus operandi* da política leva parcelas da população a se sujeitarem a uma ação soberana que institui e mantém sob seu comando a vida nua:

Agamben não negaria que na modernidade a politização da vida nua sinaliza uma transformação das categorias clássicas do pensamento filosófico, ou que com o surgimento da população novas técnicas biopolíticas foram desenvolvidas. Ao contrário, ele argumenta que, ao colocar a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno apresenta uma nova oikonomia da vida e da política. A novidade da episteme moderna consiste na indistinguibilidade da vida e da política produzida pela normalização da exceção jurídica (VILLAMIZAR, 2016, p. 152, tradução nossa).

Assim, tenta-se expor não apenas aspectos conceituais, mas também propor uma reflexão acerca do pensamento de Agamben, na intenção de compreender como a vida nua se reproduz em diferentes acontecimentos contemporâneos. Para tanto, problematizou-se o acontecimento contemporâneo da migração massiva de populações em busca de sobrevivência e sua inclusão excludente na esfera política enquanto vidas nuas. A hipótese que motivou este estudo, parece pertinente: a vida de indivíduos migrantes, vida nua nesse caso, pode ser compreendida a partir de suas articulações e critérios de inteligibilidade com a figura biopolítica do *Homo sacer* e com a maneira de governar marcada pelo estado de exceção, tendo o campo como o *nómos* biopolítico contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método utilizado por Agamben, exposto em sua obra “*Signatura rerum: sobre o método*” ([2008]2019), faz referência a outros autores, Foucault, Kuhn, os quais serviram de inspiração para que Agamben desenvolvesse uma Teoria das Assinaturas

como condição de possibilidade para compreender presente, passado, mas sobretudo, pensar o futuro.

A influência de ambos os autores é delineada pela relação com aquilo que pode ser encontrado em “A estrutura das revoluções científicas”, de Kuhn ([1962]2013), no qual as Ciências, intimamente ligadas à tradição, sofrem uma ruptura, uma mudança de paradigma. Os períodos em que se assentam as Ciências não são instâncias que obedecem a uma linearidade. Trata-se, então, de uma mudança de paradigma (revolução científica) segundo a qual seria possível dizer que uma Ciência universalmente conhecida sofre uma transformação, definindo uma nova ciência, um novo paradigma.

A partir dessas concepções, Agamben tomará enquanto reflexão a tarefa de organizar uma metodologia investigativa aproximando o método desses dois pensadores. É nesse sentido que Agamben buscará encontrar nos acontecimentos a *arché*, o ponto em que foram produzidas determinadas verdades e trazê-las na qualidade de paradigma para suas investigações que, embora sejam contemporâneas, mantêm com o passado uma forte ligação. Ao percorrer as principais obras de Agamben percebe-se que termos, tais como, secularização, *Homo sacer*, vida nua e estado de exceção, demarcam situações em torno das quais o filósofo tenta explicar a política contemporânea. Somente após entender que toda sua investigação está concentrada no uso de paradigmas é que sua produção filosófica se torna mais acessível.

Desse modo, passa-se a assumir que todos esses conceitos funcionam como uma “máquina do tempo” cuja função é a de fazer uma conexão com o passado, mas principalmente, de enxergar o presente e pensar o futuro. Essa é uma prática que busca analisar os acontecimentos a partir de seu surgimento propiciando um indicativo de que a política do presente carrega em si uma assinatura da política do passado. Mais do que isso, mostra as transformações da política e a sua relação com vida humana. A hipótese que se pretendia analisar no presente artigo é de que método arqueológico -

paradigmático de Agamben pode ser considerado um instrumento que permite analisar e compreender a inserção da vida na política contemporânea. À guisa de conclusão, resta comprovado que Agamben e seu método dão conta e reconhecem a vida de migrantes contemporâneos como vida nua sob governos em estado de exceção.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. [Publicação original 1995].

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre o método. Trad. Andrea Santurbando e Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2019. [Publicação original 2008].

BETTS, Alexander. **Survival migration**: failed governance and the crisis of displacement. New York: Cornell University Press, 2013.

BRUN NETO, Benjamin. **Da técnica ao uso**: Giorgio Agamben e o projeto de uma arqueologia política da técnica. 2021. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/72414/R%20-%20T%20%20BENJAMIM%20BRUM%20NETO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.

COSTA, Flávia. Entrevista com Giorgio Agamben. Trad. Susana Scramim. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF, v. 18, n. 1, p. 131-136, jan./jun. 2006. DOI: 10.1590/S0104-80232006000100011

DEMETRI, Felipe. **Judith Butler**: filósofa da vulnerabilidade. Salvador: Devires, 2018.

DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. **Secularização e exceção no horizonte da genealogia teológica da governamentalidade de Giorgio Agamben**. 2019. 212 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/45319>. Acesso em: 15 nov. 2022.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Introduction à l'anthropologie. In: KANT, Immanuel. **Anthropologie du point de vue pragmatique**. Paris: Vrin, 2008. [Publicação original 1964].

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2016. [Publicação original *Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines es mots et les choses*, 1966].

GIACÓIA JR., Oswaldo. **Agamben: por uma ética da vergonha e do resto**. São Paulo: N-1, 2018.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2013. [Publicação original 1962].

MCLOUGHLIN, Daniel Paul. **Agamben's exception: sovereignty, ontology and the politics of crisis**. 2010. 240f. Thesis (PhD in Philosophy) – School of History and Philosophy, University of New South Wales, Australia. Sydney, 2010. DOI: 10.26190/unsworks/23465.

MELANDRI, E. **La linea e il circolo: studio logico-filosofico sull'analogia**. Bologna: Il mulino, 1968.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência ao fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben**. São Paulo: LiberArs, 2012.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Cidade, Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, v. 24, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RUIZ, Castor Bartolomé. Giorgio Agamben: controvérsias sobre a secularização e a profanação política. **Cadernos IHU em formação**, n. 45, p. 43-46, a., IX, 2013. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/formacao/45_cadernosihuemformacao. Acesso em: 20 nov. 2022.

VILLAMIZAR, German Eduardo Primera. The political ontology of Giorgio Agamben: bare life and the governmental machine. 2016. 177f. Dissertation (PhD in Political Philosophy) — University of Brighton School of Humanities. New York, 2016. Disponível em: https://cris.brighton.ac.uk/ws/portalfiles/portal/4754986/PhD_Thesis_GermanPrimera.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.